

RELACIONES DE GÉNERO Y PODER Y EL ESPACIO: DESIGUALDADES Y EL DERECHO A LA EQUIDAD”, OMPENDO AS AMARRAS: TERRITORIALIDADES NEGRAS, FEMININAS E O DIREITO À CIDADE

Antonia dos Santos Garcia¹

Resumo

Resultado da pesquisa cujo objetivo central foi investigar a percepção de mulheres e homens sobre o machismo e seus múltiplos significados em Salvador, este artigo se propõe a compreender as múltiplas dimensões dos espaços concretos e simbólicos que marcaram nossa forma de organização espacial e ao mesmo tempo, os processos contra-hegemônicos. Assim, busca as territorialidades negras, femininas, feministas e seus múltiplos significados, os processos coletivos, os processos libertários e o Direito à Cidade.

Palavras-chave: Territorialidades, Gênero, Raça.

1 Introdução

Este artigo tem o objetivo de refletir sobre o tema da mesa-redonda: Relações de Gênero, Poder e Espaço: Desigualdades e o Direito à Equidade, proposta por mim ao XXIX Congresso Latinoamericano ALAS Chile 2013, com a participação de colegas de Portugal, Estados Unidos e Brasil, de diferentes universidades. A partir do tema proposto, analisamos a questão por diferentes ângulos, buscando contemplar as linhas de pesquisa às quais estamos inseridas.

No meu artigo procuro analisar as relações de gênero, raça, espaço, em Salvador, Bahia, Brasil, considerando central as interseccionalidades das categorias de gênero, raça, classe e o espaço com pesquisas qualitativas-quantitativas sobre a percepção do machismo e suas consequências negativas na cidade. Previamente, busco contextualizar as origens comuns da América Latina para entender os sujeitos sociais a partir da sua posição socioespacial e temporal.

Assim, compreendo, como os autores e autoras com as/os quais dialogo que a gênese do Novo Mundo tem seu tripé no colonialismo, no escravismo e no mercantilismo-capitalista, que moldou as sociedades nas Américas que formaram-dominaram, negando todas as organizações pretéritas das sociedades indígenas e negras nos seus respectivos territórios. A escravidão moderna teve no criminoso tráfico negreiro um dos seus principais pilares, financiando o desenvolvimento capitalista. A magnitude dessa grande tragédia humana de escravização de cerca de 14 milhões de pessoas oriundas da África, seu sofrimento, torturas, doenças, mortes, qualificada pelo ativista afro-americano W.E.B. DuBois como ‘o mais grandioso drama dos últimos mil anos da história da humanidade: a transferência de 10 milhões de seres humanos da beleza negra de seu continente natal para o recém descoberto Eldorado do Ocidente. Eles desceram ao inferno’ Mas foi na “chamada idade do ouro do tráfico que ocorreu entre 1700 e 1808, quando se transportaram mais escravos do que em outros períodos, cerca de dois terços do total...” (REDIKER, 2011, p.13).

A sociedade colonial estruturada na tríade senhores de escravos brancos de origem europeia, escravos/as negros/as de origem africana e ameríndios deslocados dos seus territórios de origem ou exterminados, permeia nossa história.

¹ Doutora em urbanismo/IPPUR/UFRRJ/pesquisadora associada do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher - NEIM – Universidade Federal da Bahia (UFBA) e coordenadora do Observatório Gênero, Raça, Classe Luiza Mahin/Mestrado/IGEO/UFBA/CNPq.
E-mail: antoniagarcia@terra.com.br

O eurocentrismo, que se traduz por uma colonização do saber, produziu modelos explicativos que alimentam uma perversa engrenagem teórica que favorece a reprodução de desigualdades e a perpetuação no poder dos grupos brancos hegemônicos. Além disso, omite-se a simbiose “patriarcado-racismo-capitalismo” que engendra a discriminação da mulher no Brasil (SAFFIOTI apud COSTA 1998, p.39).

Para Ianni (1988, p. 15), o sistema capitalista criou e destruiu a escravidão. Na Europa, primeiro expandiu-se a manufatura e depois surgiu a grande indústria, ao mesmo tempo que se generalizou o trabalho livre. Nessa mesma época, nas colônias do Novo Mundo, criaram-se e expandiram-se as *plantations*, os engenhos e as *encomiendas*. O trabalho escravo era a base da produção e da organização social nos engenhos; ao passo que nas *encomiendas* e outras unidades produtivas predominavam distintas formas de trabalho compulsório. Trata-se, então, de dois processos contemporâneos desenvolvendo-se no âmbito do processo mais amplo e principal de reprodução do capital comercial. O motor desse processo mais amplo era o capital comercial, que subordinava a produção de mercadorias na Europa e nas colônias do Novo Mundo e em outros continentes. Em decorrência, expandia-se o capital comercial, criavam-se as condições estruturais no seio das quais iria desenvolver-se o capitalismo.

Entender como a escravidão aberta ou disfarçada de índias/os e negras/os na *encomienda*, *hacienda*, *plantation*, engenho, fazenda e outras modalidades de organização social e técnicas das relações de produção e das forças produtivas no Novo Mundo, como contraditório com o que ocorria na Europa onde se expandia a manufatura e depois a grande indústria generalizando-se o trabalho livre (IANNI, 1988, p.24), é fundamental para as lutas negras, indígenas e feministas nas sociedades contemporâneas.

Octávio Ianni (1987) afirma a relevância de compreender na formação do povo brasileiro suas diversidades:

A história do povo revela que há diversidades raciais que são criadas e recriadas no interior das desigualdades sociais. Aliás, as características raciais são produzidas socialmente nas relações entre etnias. Nesse sentido é que a raça, o preconceito racial e o racismo são produtos das relações entre membros de grupos que se consideram e agem como diferentes, como desiguais (IANNI, 1987).

As sociedades burguesas constituídas com o paradigma colonial-escravista, diferenciou o mundo da produção e o da reprodução. Na ordem burguesa o mundo da produção é dos homens e da reprodução das mulheres. Nele, elas cuidam da casa, dos filhos, das pessoas mais velhas, doentes, etc, ou seja, de tudo que não é lucrativo, não é pago, de tudo que não público, não é político. Os homens da classe trabalhadora tem a tarefa de produzir para o desenvolvimento do capital, que é apropriado por homens da burguesia, que concentra a riqueza para sua classe. Mas evidentemente, nem os homens nem as mulheres podem ser analisados genericamente. Com origens de classe, de raça e espaço diferentes, devem assim ser estudados.

Comparando o Brasil com outros países da América Latina, Hasenbalg (1993, p.52) aponta dois eixos em torno dos quais se estabelecem as semelhanças entre o Brasil e as outras sociedades latino-americanas: a) a concepção desenvolvida por elites políticas e intelectuais a respeito de seus próprios países inclui a caracterização através da harmonia e tolerância, e ausência de preconceito e discriminação racial (concepção que coexiste, em todos os casos, com a subordinação social ou virtual desaparecimento dos descendentes de africanos); b) o embranquecimento, entendido tanto como projeto nacional implementado em políticas de povoamento e imigração, como em termos da obsessão em representar as respectivas sociedades como essencial, ou predominantemente brancas e de cultura hispânica, ou de forma mais inclusiva, européia.

Assim, nosso desafio teórico-metodológico é articular categorias centrais de análise, a exemplo da classe social, do gênero, da geração, da raça e do espaço nas suas interseccionalidades para compreender como o sexismo, o racismo e o classismo, são determinantes na nossa formação sócio-

histórica, assim como ocorre em todo continente, com as quais compartilhamos história comum de opressão colonial escravista, mas que forjaram sociedades distintas.

Com a tradição de negar o racismo, a cidade patriarcal e racista em geral não tem sido estudada do ponto de vista do gênero e da raça, exceto por algumas urbanistas e sociólogas (literatura internacional), mas que priorizam mais o ponto de vista do gênero. Desconhecendo o espaço como o lugar das tramas sociais que estruturam a sociedade, no Brasil a ausência de estudos nesta perspectiva é notório.

Portanto, ao ignorar os valores e relações patriarcais que organizam a família, assim como o papel que o racismo e o sexismo exercem na organização do espaço urbano ou rural, impedem-se ou reduzem-se estudos e políticas públicas que tratem as múltiplas dimensões dos fenômenos sociais, políticos, econômicos, culturais e os processos contra-hegemônicos protagonizados por mulheres, negros e pobres, seus pertencimentos, suas territorialidades, construídas historicamente.

Da mesma forma, o público e o privado não podem ser tratados de forma rígida. Historicamente as mulheres negras brasileiras, por exemplo, ao longo do processo colonial-escravista e republicano tiveram formas diferentes de inserção no chamado mundo público, uma vez que exerceram atividades como trabalhadoras nas casas grandes, nos sobrados, nos palácios e contemporaneamente, nos condomínios de casas ou apartamentos modernos, nas casas de veraneio e como vendedoras, quituteiras nas ruas das cidades, como empregadas domésticas, etc. No emprego doméstico em todas as regiões metropolitanas, elas são majoritárias: São Paulo 48,9 Belo Horizonte são 71%; no Distrito Federal 79,3%; Fortaleza 76,7%; Recife 80,9% e Salvador 96,7%. (DIEESE, 2011). Ou seja, as relações de trabalho deste segmento da classe trabalhadora, mantém as relações casa grande-senzala até hoje.

No caso das baianas do acarajé, por exemplo, símbolo da cultura afrobaiana e afrobrasileira, uma das principais figuras típicas do Brasil, presença obrigatória nas Escolas de Samba do País, com belas alas que encantam o País e o mundo, no carnaval, supera o sentido de público negativo para as mulheres deste grupo específico.

Recentemente, a FIFA, foi obrigada a voltar atrás de uma decisão de impedir as baianas do acarajé de venderem seus quitutes na Copa das Confederações de 2013 no Brasil, após uma intensa luta da ABAM - Associação das Baianas de Acarajé. Além delas, as sacerdotisas dos inúmeros terreiros de candomblé da cidade, no passado e no presente, têm o papel fundamental de recriar e preservar a cultura de origem africana.

A historiografia brasileira tem omitido a contribuição das mulheres negras e indígenas, principalmente. Contudo, nos últimos anos, estudos têm mostrado sua grande contribuição. De acordo com Adriana Reis (2012, p.24), escravas foram fundamentais no processo de alforrias e mobilidade social ascendente e na Bahia entre os séculos XVIII e XIX, “muitas mulheres livres de cor e libertas governaram escravos e administraram negócios, tornando-se verdadeiras pontes de processos de mobilidade social”. Da mesma forma, a antropóloga Ruth Landes no seu livro *A Cidade das Mulheres* (2002), considera tão dominante o papel das mulheres de terreiro, que afirmou tratar-se de um matriarcado, embora os estudos existentes neguem a existência de matriarcado nas sociedades conhecidas até hoje.

Além disso, mesmo com a inegável importância destas mulheres na vida do povo baiano, lugar reconhecido positivamente ou negativamente como a “África Brasileira”, isso não significa inexistência da relação assimétrica entre o sentido de “público” entre os sexos no espaço urbano ou rural, mas problematizar as generalizações de gênero, raça, classe e espaço, ressaltando as rupturas possíveis de amarras que ocorrem no tempo e no espaço, dialeticamente.

Todavia, sabemos que tais experiências são exceções à regra de subordinação milenar das mulheres nas sociedades. Entender o lugar das mulheres no espaço público as relações de poder que estruturam a conquista deste espaço, passa por compreender o tempo e o espaço dos diferentes segmentos sociais, raciais, de gênero e de geração. Sabemos que as exigências que a sociedade tem em relação às mulheres burguesas e às proletárias são diferentes e portanto, a luta comum contra a opressão geral de

todas as mulheres, não pode esconder as especificidades de classe, raça e espaço. Nessa dinâmica, devem ser questionadas as teorias e conceitos universalistas que não contemplam as demandas dos movimentos sociais, sobretudo de mulheres negras e indígenas.

Com efeito, a discriminação e desigualdade historicamente construída contra as pessoas negras e indígenas (homens e mulheres), precisam ser enfrentadas em várias dimensões e nas suas imbricações: étnico-racial, de geração, de gênero e do espaço.

A ideologia do branqueamento no Brasil forjou o mito da democracia racial, tornando-o até hoje tributário da política imigratória ligada à ideologia do branqueamento que afetou a composição racial em todas as regiões, sobretudo o Sudeste. Nos séculos XIX e parte do século XX, a questão do ideal do branqueamento materializado pela mestiçagem e a construção do mito da democracia racial que também afetou as cidades brasileiras. Portanto, o desenvolvimento brasileiro criou um grande fosso entre regiões, colocando Norte e Nordeste de um lado e Sul-Sudeste do outro, com as conhecidas desigualdades e discriminações existentes, colocando maioria negra e indígena no Nordeste e Norte, respectivamente, assim como, estas maiorias nas periferias degradadas das cidades em todas as regiões. Nas cidades constituídas no passado, o processo de branqueamento forjado no século XIX e XX, teve consequências perversas para o povo negro, sobretudo para as mulheres negras que saíram das senzalas para as periferias das cidades ou permaneceram no campo sem a propriedade da terra para plantar, pois a Lei de Terras de 1850, criou as barreiras que impediriam o acesso a ela pela população negra pós-abolição.

Na contra-mão da ideologia do branqueamento, a Pesquisa Nacional por amostra de domicílio, a PNAD, mostrou, em 2009, que na última década continua aumentando o número de pessoas que se declaram pretas e pardas (negras), com o contingente negro mais significativo na população masculina (48,3% branca e 51,8% negra), enquanto as mulheres são 49,5% brancas e 49,5% negras, embora os pardos continuem representando a ideologia do branqueamento.

Mesmo sob o mito da democracia racial, pesquisas qualitativas realizadas por nós em Salvador, Cidade d'Oxum², sobre as relações de gênero e raça e suas territorialidades e temporalidades no movimento de bairro da cidade, mostrou um reconhecimento do racismo de forma contudente, e as mulheres em especial manifestaram sua indignação, caracterizando-o como: “desumano, perverso, falta de vergonha dos brancos...” (GARCIA, 2006, p.194-98).

Para Raquel Rolnik³⁴ (1989, p. 29), é comum nas referências que são feitas à posição dos negros e mulatos nas cidades brasileiras, a menção da inexistência de guetos, que significa ausência de qualquer tipo de segregação racial a partir da imagem do gueto norte-americano. No outro pólo, “estaria o Brasil, onde negros e brancos pobres compartilham o espaço das vilas e favelas, numa espécie de promiscuidade racial sustentada pelo laço comum da miséria e da opressão econômica”.

O modelo de desenvolvimento urbano no Brasil histórica e contemporaneamente, comandado de forma deliberada pelas elites para fortalecer seus interesses tem gerado o agravamento das desigualdades urbanas-raciais com a velha estratégia de expulsar os pobres de áreas de interesses desta classe, especialmente o setor imobiliário, apesar das lutas que realizam os movimentos sociais urbanos, mesmo sem o grau de mobilização que ocorreu na luta por reforma urbana nos anos 1970 e 1980⁵.

²Ver Mulheres da Cidade d'Oxum (2006). Oxum, deusa das águas doces no Candomblé.

³ Apenas depois de 125 anos da abolição inacabada o Brasil elabora uma lei que amplia os direitos trabalhistas dos empregados domésticos, conhecida como PEC das Domésticas, que entrou em vigor a em 03/04/13. Com isso, alguns direitos, como jornada máxima de 44 horas semanais, e não superior a 8 horas diárias, e o pagamento de hora extra, adicional noturno, seguro-desemprego e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), começam a valer.

⁴ Artigo apresentado num evento da International Sociological Association/IUPERJ, 1988.

⁵ Neste junho de 2013 o Brasil vive uma mobilização de ruas parecida com maio de 1968, o que certamente será objeto de muitos estudos, políticos, sociológicos, históricos, etc.

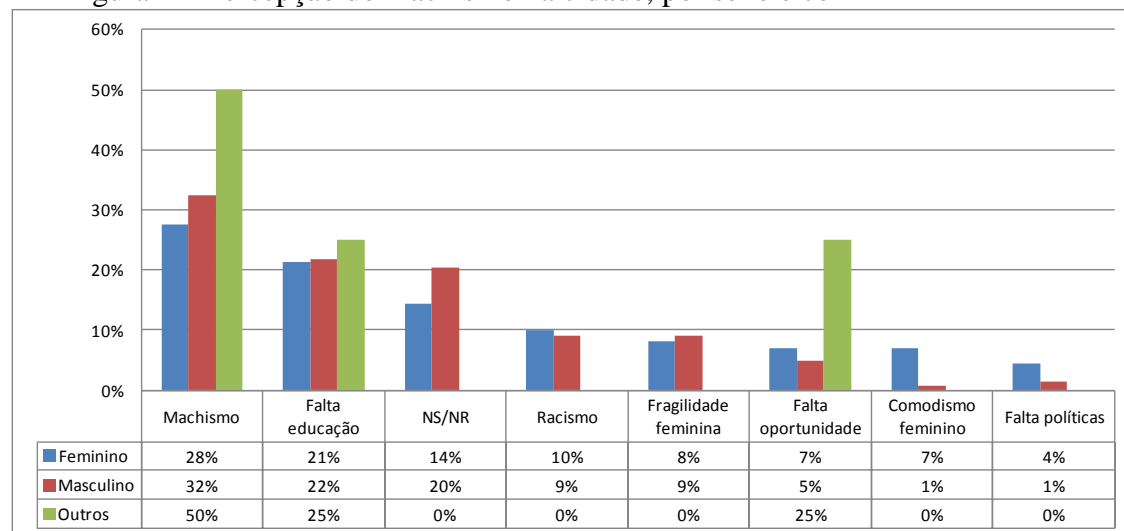
Contudo, nos últimos anos, as lutas dos movimentos sociais, mas sobretudo dos negros e do feminismo negro, auxiliados por um Estado mais democrático que emergiu das lutas contra a ditadura militar (1964-1985), tem avançado e colocado na agenda pública com mais consistência a necessidade do enfrentamento ao racismo e ao sexismo, tanto pela sociedade como pelo Estado .

A partir deste contexto mais amplo, nosso artigo passa à análise da percepção de mulheres e homens, militantes de diferentes tipos de movimentos sociais e não militantes, de uma parte importante de Salvador, seu Subúrbio Ferroviário, com quase um terço das/os habitantes da cidade de quase três milhões, de grande concentração da população pobre e negra (84% a 94%), (GARCIA, 2009).

2 Percepção de Mulheres e Homens sobre o Machismo na Cidade

Uma das premissas para compreender as profundas relações, interrelações da gênero, raça, classe e espaço e sua complexidade é que "... o espaço construído delimita, molda, condiciona e potencializa as distintas interrelações e ações que exercitam homens e mulheres sobre este suporte material " (MASSOLO, 1992, 74). É nessa perspectiva que buscamos ouvir e entender moradoras e moradores desta parte de Salvador, buscando desvendar os enigmas do machismo de nossa formação histórica e as contradições sociais que marcaram e marcam a nossa sociedade.

Figura 1 – Percepção do machismo na cidade, por sexo e cor



Fonte: Trabalho de Campo, 2011

A leitura das opiniões das pessoas pesquisadas, moradoras do Subúrbio Ferroviário de Salvador sobre os motivos da desigualdade entre homens e mulheres na cidade, num universo de 305 entrevistas com representantes de associações de moradores, escolas públicas e privadas do pré ao nível médio, escolas e creches comunitárias, representantes de diferentes religiões, profissões, idades, bairros, que se autodeclararam majoritariamente pardo-negro, verifica-se que mulheres e homens (28% e 32 %) e de outras opções de sexo (50%), respectivamente, concordam que o machismo é uma das causas importantes das desigualdades entre os sexos.

Por outro lado, é interessante observar que há um “reconhecimento” até maior por parte dos homens sobre o machismo, o que nos leva à pergunta: quem pratica o machismo? Outras pesquisas tem observado este comportamento em relação ao racismo (Fundação Perceú Abramo, 2005). Com as mesmas contradições sobre o machismo, uma pesquisa de opinião da mesma Fundação sobre Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado e a “Percepção de ser mulher, machismo e feminismo no Brasil” aponta que para 90% dos homens e 94% das mulheres hoje (89% em 2001), há machismo no Brasil. Para 58% e 67% (antes 73%), respectivamente, há machismo, sendo que para

apenas 22% dos homens, há muito, e apenas 4% consideram-se muito machistas. Com efeito, o imaginário do homem é semelhante ao da sociedade brasileira em geral, na questão do racismo. Reconhece a existência dele, mas não conhece os racistas

Desta forma, o enfrentamento ao machismo tem desafios semelhantes ao racismo, porque seus autores não se sentem responsáveis pelos seus atos. Ou seja, assim como não existem racistas também não existem machistas e sem sua concretude, não se tem a quem combater. Isso significa que os valores que sustentam as práticas sexistas são bastante persistentes, enraizadas e desafiadoras no seu enfrentamento.

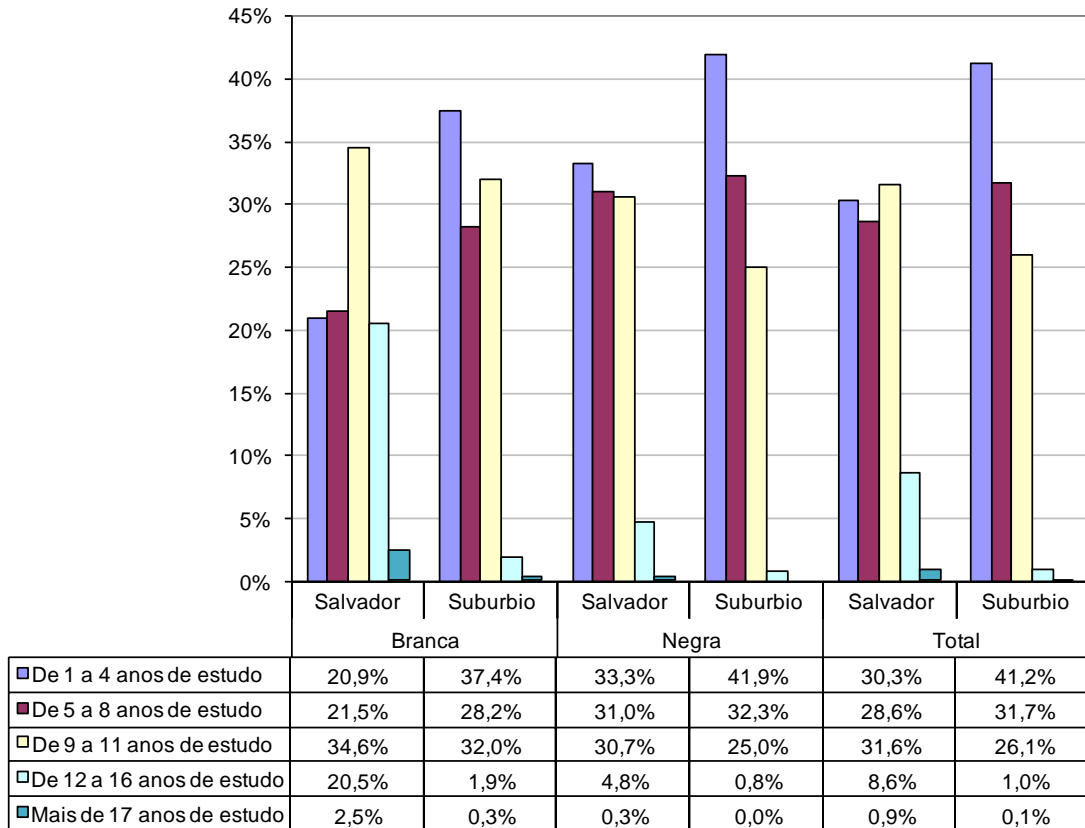
Na segunda posição (21%, 22% e 25%), mulheres, homens e outra opção de sexo, respectivamente, concordam que “falta educação”, ou ela é a responsável pela falta de igualdade entre homens e mulheres. Para este grupo, parece que a educação é um fator importante de mobilidade social e consequentemente um dos caminhos para vencer as barreiras das desigualdades.

Entretanto, embora uma das mais importantes conquistas feministas desde o século passado, a educação não atingiu igualmente as mulheres (Gráfico 2). Neste gráfico verifica-se que brancos e negros, brancas e negras têm situação muito desigual em todos os níveis da educação, por anos de estudo concluídos, sobretudo, no nível superior. Fica evidente que tanto no interior do grupo masculino como feminino, as posições são aproximadas, com negros e negras em condição muito semelhante, onde a maioria não teve acesso à educação de qualidade e muito poucos chegaram ao nível superior, mesmo tratando-se da mesma área geográfica. Ou seja, embora vivendo problemas comuns dos bairros populares, alguns/as, superam algumas barreiras e alcançam alguma mobilidade ascendente, mas recorrentemente tem sido do grupo branco, especialmente, homem branco. Talvez por esta razão, as mulheres e homens, indiquem o racismo como uma das causas da desigualdade (10% e 13%), respectivamente. De fato, o racismo institucional é um grave problema na cidade, considerando-se que nas áreas de maior concentração de pobres e negras/os, os serviços de consumo coletivo, como educação, saúde, saneamento, transporte, etc., são, em geral, de péssima qualidade ou não existem (GARCIA, 2009).

Paradoxalmente, aquelas e aqueles que indicam a falta de políticas são apenas 4% e 1% e neste caso, os homens demonstrando pouca preocupação com a questão embora os homens negros sejam também vítimas da ausência de políticas públicas que criaram o enorme fosso racial brasileiro, já que trata-se de uma área majoritariamente negra.

Neste contexto, observamos que a ausência de mulheres e negros tanto nos marcos teóricos como nas pesquisas sobre as estruturas urbanas sexistas e racistas, tem sido fator de invisibilização dos problemas vividos por estes segmentos. De outro, a necessidade de aprofundar estudos sobre o protagonismo sobretudo das mulheres negras na luta pela implantação de políticas urbanas com recorte racial e de gênero que promovam o direito à cidade. Este protagonismo tem rompido, ainda que de forma limitada, com o secular e profundo silêncio imposto pelo mito da democracia racial que preside também as políticas públicas em geral e urbanas em particular. Não considerar central combater o racismo e o sexismo institucionais das estruturas sexistas e racistas das cidades, é garantir a perpetuação da exploração e dominação, como mostram as pesquisas sobre desigualdades raciais e de gênero (GARCIA, 2009, 2010, 2013).

Figura 2 - Anos de estudo por cor ou raça – Salvador e Subúrbio Ferroviário



Fonte: IBGE/2000. Elaboração: Antonia Garcia – 2009

Analisando as posições sobre a falta de oportunidades iguais, apenas 11%, 7% e 1%, indicaram que esta é responsável pela desigualdade, destacando-se a maior percepção por parte das mulheres por uma maior consciência dos problemas que lhes atingem.

Por outro lado, as mulheres acreditam que seu próprio comodismo impede a igualdade de direitos (7% e 1%). Neste aspecto, as mulheres parecem fazer uma autocrítica por não reagir ao machismo ou se culpabilizam pela sua condição de desigualdade. Se for uma autocrítica, trata-se de uma posição a favor das lutas feministas, mas se significar uma culpa, pode significar uma paralisia social, a não mobilização do seu potencial transformador.

É paradoxal que mulheres e homens concordem que a fragilidade feminina, esteja entre as causas da desigualdade (13% e 13%). Como um dos estereótipos do machismo à brasileira, a fragilidade feminina, pode ter muitas interpretações e entre elas, a constatação de que o machismo em todas as suas facetas, ainda é um valor interiorizado pela própria mulher.

Por outro lado, mas seguindo a tradição contraditória do imaginário brasileiro sobre estas questões, a Fundação Percebe Abramo, detectou que de 2001 a 2010 aumentou de 21% para 31% o contingente de brasileiras que se considera feminista. Entretanto, depois de reclassificadas as respostas, ficou evidente que uma parte confundia feminista com feminina, ficando com 13% em 2001 e 9%, em 2010. Além disso, disseram não saber se são ou não feministas 18% (25% em 2001). Ana Alice Costa (1998), define feminismo em termos gerais como:

(...) a consciência adquirida sobre a subalternidade da mulher na sociedade, bem como a necessidade de se estabelecer políticas para modificar esta situação. Assim, a categoria 'feminismo' refere-se a uma doutrina e/ou a um movimento social voltado para a transformação da situação da mulher (COSTA, 1998, p.25).

Nesse sentido, há avanços, já que a pesquisa mostra que considerando-se ou não feministas, metade das mulheres tem visão positiva sobre ele, identificando-o com a luta por igualdade de direitos em geral (27%), por liberdade e independência das mulheres (26%) e por direitos iguais no mercado de trabalho (7%). Isto significa, que o feminismo tem empatia com as mulheres, mas precisa avançar muito, considerando-se que em cada cinco (20%) tem visão negativa sobre o tema. As que confundem ser feminista com estereótipos femininos (“é ser dona de casa/ viver pra família, pro marido/ preocupar-se muito com a aparência/ ser doce, delicada”) somam 15% e quase uma em cada quatro não soube definir feminismo (23%).

Por outro lado, os movimentos de mulheres e feministas que levaram à revolução sexual, à liberação das mulheres e às conquistas contemporâneas, desde pelo menos a Revolução Francesa, Revolução Industrial, os movimentos abolicionistas, movimentos pelos direitos civis, nas utopias reinventadas dos anos 1960 e os contemporâneos que contestam as relações de poder e propõem políticas públicas em várias dimensões como as relacionadas às gerações (jovens, idosas/os) direitos humanos das mulheres, dos negros, dos/as indígenas, ciganos/as, de lésbicas e homossexuais, etc, continua com muitos desafios e muitas possibilidades.

Contudo, os paradigmas tradicionais que procuram explicar os processos de urbanização excludente não deram conta do potencial transformador de mulheres e negros, e mesmo os novos paradigmas não conseguiram explicar amplamente a pluralidade do social, especialmente nos processos de urbanização acelerados do século XX e em curso no século XXI, que tornaram a questão urbana estratégica. Nesse sentido, as peculiaridades dos problemas urbanos contemporâneos e seu rebatimento nos processos de segregação racial, sexual e de classe precisam ser pensados no conjunto de posições dos sujeitos e suas várias formas de subordinação cultural, racial e sexual e suas lutas contra-hegemônicas.

Com efeito, o uso do espaço urbano entre homens e mulheres, entre negros e brancos, é diferente, é desigual e nos desafia a uma reeleitura sobre a cidade contemporânea, suas relações de gênero, relações raciais e relações de classe, com novos paradigmas, novas epistemologias, reconhecendo os múltiplos saberes, visões, desejos, sonhos, para promover a reelaboração de práticas sociais, práticas de planejamento e práticas de pesquisa que tornem a cidade mais humana, mais igualitária, mais cidade - cidadã, construindo políticas públicas que contemplem as múltiplas faces e interfaces da cidade.

3 Algumas Considerações

O modelo de desenvolvimento capitalista contemporâneo e particularmente o desenvolvimeneto urbano que segue esta lógica, mostra-se cada vez mais concentrador de renda e de consumo para garantir o alto padrão de vida de países mais ricos ou dos “em desenvolvimento” ou mais pobres e das suas classes abastadas em qualquer lugar do planeta.

Considerando os efeitos sociológicos da urbanização capitalista e que as dimensões de gênero e raça no espaço têm sido ao longo do tempo desconsideradas pela maioria dos estudos urbanos, favorecendo a supremacia branca em todos os espaços, nossos estudos têm buscado dialogar com aqueles que contemplem a crítica ao sexismo e racismo como construções sociais milenares e universais, que nos estudos ao longo de séculos ficou subsumido à categoria de classes sociais.

Portanto, refletir sobre a complexidade das culturas, patriarcal, racista e clasista contemporâneas que permanecem muito vivas, de um lado, e a ação política dos movimentos feministas, de mulheres, de trabalhadores e trabalhadoras, do outro, na incessante luta por direitos iguais, é crucial descolonizar o pensamentos e suas práticas correspondentes, para avançar em estudos e políticas públicas transformadoras.

Em face dos problemas do desemprego urbano, da habitação subnormal, da violência doméstica e urbana, da falta de creches, restaurantes populares, maternidades, dos péssimos serviços públicos e privados, em Salvador, como em outras cidades do capitalismo nos países periféricos e/ou “em desenvolvimento, com sua forma perversa de exploração da força de trabalho, especialmente de

mulheres negras e indígenas que vivem na condição mais subordinada da sociedade, é fundamental estudar a cidade em múltiplas dimensões. É relevante destacar que apesar destas mazelas, as mulheres tecem suas territorialidades negras e/ou afrodescendentes ao longo dos séculos, seja na cidade escravista seja na cidade republicana.

Com efeito, apesar de ocuparem os micropoderes na cidade, as mulheres de Salvador, sobretudo negras, através de sua participação em diferentes movimentos feministas e de mulheres, mas sobretudo no movimento de bairro, movimentos das religiões de matriz africana, têm contribuído para romper as amarras, por uma “Cidade d’Oxum”, mais justa, mais igualitária, socialista. Tornar estratégicos para a conquista do direito à cidade os aspectos territoriais construídos historicamente desde as senzalas e mocambos até os terreiros contemporâneos, periferias, cortiços, alagados e bairros populares, é o objetivo a ser alcançado para que haja outros marcos civilizatórios possíveis no século XXI, instituído o século da reparação.

Nesta perspectiva é de igual relevância reafirmar o papel estratégico dos movimentos sociais urbanos contemporâneos, que têm em sua base, e algumas vezes também na direção, mulheres negras e pobres das periferias urbanas, para romper as amarras na cidade mais negra fora da África, ainda sob a hegemonia da minoria branca (23%), que ocupa todos os espaços de poder na sociedade baiana e impõe historicamente à maioria negra (mais de 80%) a mais baixa posição na escala social e espacial, passa por uma transformação revolucionária desta realidade tanto na escala micro como macro.

Priorizar os estudos das matrizes de desigualdade de uma perspectiva política e epistemológica que descolonize os saberes numa crítica feminista, antirracista e anti-classista à produção do conhecimento, numa interpretação dialética das diferentes realidades na América Latina, certamente contribuirá para os avanços buscados pelos movimentos feministas e de mulheres, antirracistas e anti-classistas em diferentes países, na afirmação de suas territorialidades.

Em que pese todos os problemas de enfrentamento das questões urbanas com as perspectivas propostas neste artigo, é preciso reconhecer os avanços acadêmicos e políticos dos últimos anos, resultantes das lutas feministas e negras, de múltiplos movimentos sociais e de cientistas engajadas (os) e governos comprometidos.

Por fim, para enfrentar os desafios do século XXI, século da reparação, é crucial reafirmar que uma verdadeira revolução nas formas de organização e gestão do espaço urbano, com o planejamento e execução das políticas públicas papel fundamental na promoção do Direito à Cidade, passa por compreender todas as dimensões da questão urbana tal como tentamos analisar e propor.

Referências

COSTA, Ana Alice A. As donas no poder: mulher e política na Bahia. Coleção Baianas/NEIM/FFCH/UFBA, Salvador, 1998.

COSTA, Ana Alice A. Trajetória e perspectivas do feminismo para o próximo milênio. In: Alves, I, Macedo, M e Passos, E (Orgs). Metamorfoses: gênero nas perspectivas interdisciplinares. Coleção Bahianas, 3. NEIM UFBA, Salvador, 1998.

DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego. São Paulo, 2011.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado. São Paulo, 2010

GARCIA, Antonia. As mulheres da cidade d’Oxum: relações de gênero, raça e classe e organização do movimento de bairro em Salvador. Salvador. EDUFBA, 2006.

GARCIA, Antonia. Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais: Salvador, cidade d’Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.

- HASENBALG, Carlos. Notas sobre relações de raça no Brasil e na América Latina. Rio de Janeiro IUPERJ, 1992.
- IANNI, Octavio. Raças e classes sociais no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Dados do Censo de 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br/censo2010. Acesso em: out.2011.
- LANDES, Ruth. 2002. A Cidade das Mulheres. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.
- MASSOLO, Alejandra. Mujeres y ciudades: participación social, vivienda y vida cotidiana. El Colegio de México, 1992
- PERROT, Michelle. Mulheres Públicas. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Fundação editora da UNESP, 1998.
- REIS, Adriana. Mulheres “afrodescendentes” na Bahia: gênero, cor e mobilidade social. In: Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação. Selo Negro. São Paulo, 2012.